



DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS

Em acordo entre Poderes, Congresso mantém emendas

Representantes do STF, do Parlamento e do governo anunciam que repasse de recursos será retomado com "critérios de transparência"

» RENATO SOUZA
» RAFAELA GONÇALVES
» EVANDRO ÉBOLI

Henrique Raynal/CC



A reunião no gabinete de Barroso: entre os presentes, ministros do STF e os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco

Depois de uma intensa disputa, que teve início ainda em 2022, com o chamado orçamento secreto, o Congresso saiu no lucro da negociação, ontem, com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Executivo. Após quatro horas de conversa em um almoço na Corte, os ministros do tribunal; os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegaram a um consenso que vai permitir a liberação dos pagamentos das emendas parlamentares individuais e coletivas.

Pelo acordo, o repasse de recursos será retomado após o Congresso apresentar uma solução para critérios de transparência sobre a execução das emendas. Essa definição, por parte do Parlamento, deve ocorrer em 10 dias.

A liberação está travada devido a uma decisão tomada pelo ministro Flávio Dino, de frear os repasses até que houvesse transparência e rastreabilidade em relação aos recursos. A determinação dele foi cancelada por todos os demais integrantes do STF.

Ficou acordado que as emendas pix "ficam mantidas, com impositividade, observada a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas perante o TCU (Tribunal de Contas da União)". Já as emendas de bancada "serão destinadas a projetos estruturantes em cada estado e no Distrito Federal, de acordo com a definição da bancada, vedada a individualização". Ou seja, o uso dos recursos destinados para indicações coletivas dos parlamentares deve ser em obras de impacto, como a construção de um hospital ou obras em rodovias.

Quanto às emendas de comissão, "serão destinadas a projetos de interesse nacional ou regional, definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo, conforme procedimentos a serem estabelecidos em até 10 dias".

O almoço ocorreu a portas fechadas, em Brasília, e foi

convocado pelo presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso. Pelo governo, participaram o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o advogado-geral da União, Jorge Messias. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também estava presente.

Barroso destacou o ineditismo da reunião e a anuência. "Conseguimos um diálogo franco e constitucional para chegar ao consenso. Basicamente, há um consenso pleno para que haja transparência e rastreabilidade desse dinheiro. Há um consenso de que o Congresso deve ter um papel importante, sim, na alocação do Orçamento", afirmou.

Barroso também frisou que uma das preocupações foi manter a governabilidade, ou seja, a capacidade de atuação do Poder Executivo. Ele destacou que o relator do processo vai reanalisar sua decisão, com base no que foi acordado. "Tudo ainda será apreciado pelo relator depois de algumas reuniões entre Executivo e Legislativo", enfatizou.



Houve um entendimento de que essa modalidade de transferência especial pode ser muito útil à execução orçamentária do Brasil, sobretudo para situações em que há obras inacabadas"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
presidente do Congresso

Obras inacabadas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que as emendas impositivas individuais, apelidadas de emendas Pix, devem ser destinadas a obras inacabadas.

"Houve um entendimento de que essa modalidade de transferência especial pode ser muito útil à execução orçamentária do Brasil, sobretudo para situações em que há obras inacabadas", disse Pacheco a

jornalistas. "O objeto dessa emenda de transferência especial é garantir que o recurso não vá compor o orçamento do município aleatoriamente. Terá uma finalidade específica e deve ser dirigido prioritariamente para a continuidade de obras inacabadas Brasil a fora."

Levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o país tem um passivo de 8.603 obras paralisadas, que contam com financiamento de recursos federais. Esses dados

Alteração na LDO

Rodrigo Pacheco afirmou que, se for necessário, pode haver, inclusive, uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em vigência este ano, para acomodar as novas normas. Já o texto do PLDO de 2025, ainda pendente de votação no Congresso, também deve ser atualizado seguindo as diretrizes construídas em conjunto com os Três Poderes.

são de outubro de 2023. Esse volume é parte de um montante de 21.007 obras.

Segundo o TCU, as obras paralisadas incluem a construção e ampliação de escolas, estradas e hospitais, entre outros. O setor da educação básica é o mais atingido, com 3.580 obras paradas. Na sequência, aparece o setor da infraestrutura e mobilidade urbana, com 1.854 empreendimentos não concluídos. Depois, vem a saúde, com 318 obras paralisadas.



Conseguimos um diálogo franco e constitucional para chegar ao consenso. Basicamente, a um consenso pleno para que haja transparência e rastreabilidade desse dinheiro. Há um consenso de que o Congresso deve ter um papel importante, sim, na alocação do Orçamento"

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF

Em comparação com o passado, a porcentagem de obras paralisadas aumentou de 29%, em 2020, para 41% em 2023. No mesmo período, porém, o volume total de obras diminuiu significativamente — 6.119 obras a menos — apesar do aumento do investimento previsto. O valor total de recursos investidos passou de R\$ 75,95 bilhões, em 2020, para R\$ 113,65 bilhões, em 2023.

De acordo com Pacheco, a ideia é "fugir da burocracia". "Permitir que haja a efetiva execução e realização de obras nos nossos mais de 5,5 mil municípios é algo que interessa à coletividade, interessa à sociedade", reforçou.

O senador afirmou ter sido uma decisão acertada. "É algo muito inteligente e interessante para o país, com a referência sempre da fiscalização no Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos de controle de modo geral, que devem também fiscalizar esses recursos", completou.

Padilha diz que governo quer liberação rápida

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo continuará pleiteando para que os recursos já empenhados (reservados para pagamento) de emendas parlamentares sejam liberados o mais rápido possível.

Os Três Poderes fizeram um acordo, ontem, sobre essas verbas, mas a execução do dinheiro continua suspensa pela decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em um prazo de 10 dias, novas regras de transparência e rastreabilidade serão apresentadas.

"O governo vai continuar pleiteando para que o conjunto de recursos que já estão empenhados, que são obras que estão em andamento, serviços em andamento, atendimentos, sejam liberados o mais rápido possível

para que a gente possa continuar a execução", afirmou Padilha, em entrevista coletiva no Senado.

"As emendas que não são individuais, de bancada ou de comissão têm que ser direcionadas para projetos estruturantes, de desenvolvimento do país. É um espírito muito positivo desse resultado final (do acordo entre os Poderes)", emendou, ao citar termos do acerto feito entre governo, Congresso e STF.

Padilha elogiou também as mudanças nas emendas Pix, que passarão a ter um objeto definido, e a determinação de que o crescimento das emendas parlamentares não poderá ferir a responsabilidade fiscal.

"O que é satisfatório é construir uma solução mediada, com reconhecimento de princípios. Simbólico, debate civilizado", frisou Padilha.

Ed Alves/CB/DA/Press



Padilha: "É um espírito muito positivo desse resultado final (do acordo)"

ONGs de transparência temem retrocessos

Entidades que militam pela transparência das informações públicas temem retrocessos com o acordo selado entre os chefes dos Poderes. Representantes da Transparência Internacional (TI) no Brasil e da Transparência Brasil (TB) destacaram que o compromisso firmado entre dirigentes do Executivo, Judiciário e Legislativo não pode significar o abandono de exigências estabelecidas pelo ministro Flávio Dino para as emendas parlamentares.

Ambas as entidades participaram da audiência de conciliação promovida por Dino em 1º de agosto deste ano com representantes do Executivo e do Legislativo, para dar fim à prática do orçamento secreto.

As entidades foram responsáveis por apontar a continuidade do orçamento secreto após a decisão do STF de dezembro de

2022, que declarou a prática inconstitucional.

"O principal é entender que nos últimos 20 dias as decisões do ministro Dino sinalizaram de forma muito clara e específica quais seriam as obrigações de todos os Poderes envolvidos na formulação e na execução das emendas. O que vamos acompanhar agora é se, na implementação desse acordo feito entre os chefes de Poderes, haverá algum retrocesso com relação às decisões (anteriores) do ministro Dino", diz o advogado Guilherme France, da Transparência Internacional.

Diretora da Transparência Brasil, Marina Atoji disse que a nota conjunta não deixa clara a extensão da decisão tomada ontem — se irão se sobrepor ou não às decisões de Dino, por exemplo.